

04.12.2019

A chegada dos exploradores ibéricos ao chamado Novo Mundo, no final do século XV, marca o início de uma série de conjecturas e assertivas distorcidas feitas acerca das populações nativas. O encontro de índios, brancos e, logo em seguida, negros, esteve fundamentalmente comprometido pela pretensa superioridade europeia.

Desde os primeiros contatos, os índios e negros foram vistos sob uma ótica etnocêntrica, que considerou seus códigos, hábitos e costumes como inferiores àquelas estabelecidos nas cortes do velho mundo. Os registros feitos pelos cronistas acerca das culturas, valores e sociabilidades destes povos foram permeados por um intenso "estranhamento" que, na aproximação dos três continentes, destinou aos indígenas e africanos a categoria de "meros selvagens".

No imaginário ibérico, o outro lado do Atlântico já era imperfeito por abrigar criaturas fantásticas, muito aquém de tudo que era considerado civilizado. Partindo dessas perspectivas fictícias, as relações inter-raciais em terras brasileiras foram moldadas pela hierarquização das diferenças, a qual serviu permanentemente como argumento para as práticas de dominação colonial. Muito antes da adoção das teorias raciais no país – consolidadas no século XIX –, o lugar social da animalização já estava reservado para homens e mulheres indígenas e particularmente africanos, habitantes do "maravilhoso" e "demoníaco" mundo dos trópicos. A nudez, a poligamia, o politeísmo, o clima quente, as línguas, entre tantos outros fatores, intensificaram o sentimento de desconforto por parte dos europeus. Ao longo do século XVI, com a vinda das populações africanas, os focos da estranheza recaíram sobre estes povos, mais especificamente sobre a coloração diferente de sua pele, vista como marca da suposta inferioridade pelos exploradores. A maciça presença africana nos alicerces da formação dos novos núcleos urbanos, fez com que os índios passassem a ser vistos como "gentios da terra", elementos inocentes, ignorantes da palavra de Deus. Interessadamente os negros foram tidos como apóstatas, por terem "conhecido e rejeitado a fé cristã" quando os portugueses chegaram à África. À luz dessa hierarquização entre negros e índios, as autoridades eclesásticas – ainda nos primeiros tempos de ocupação – proibiram, em seu Diretório, o "abominável abuso" de chamar os indígenas do Pará e do Maranhão de negros da terra, por considerarem esse ato "prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos".

Muitos dos célebres relatos de cronistas e viajantes europeus demonstram a curiosidade pelo exotismo e o primitivismo da “selvática gente negra e nua” descrita pelo poeta português Luís de Camões. Contudo, as narrativas e suposições foram além, pois a cor da pele escura, inicialmente tratada como fator de estranheza e inferioridade, iria, ao longo da colonização do Brasil, se consolidar no principal argumento para a continuidade da escravização africana, além de se converter em instrumento para a disseminação do racismo científico no século XIX.

Em 1887, o viajante Gustave Aimard demonstrava seu espanto com a especificidade da miscigenação brasileira: “Notei um fato singular que eu jamais observei senão no Brasil: é a mudança que se deu na população pelo cruzamento de raças, eles são os filhos do sol”. Ao se percorrer a literatura dos viajantes, percebe-se que Aimard não estava só. Para o diplomata francês J. Arthur Gobineau, que permaneceu no Brasil por 15 anos, menos que “filhos do sol”, a população brasileira representava o que havia de mais feio e imperfeito na humanidade, por ser o produto de uma mistura racial condenada ao entraqüecimento e degenerescência da espécie humana.

Mais que em qualquer outro país, no Brasil, o pensamento de Gobineau sobre “a população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”, foi apropriado como teoria – o governo – e agregou justificativas extremamente elaboradas, sobretudo, sustentadas através de um forte canal de comunicação estabelecido entre as áreas do direito, da medicina e da antropologia, que, juntas, não mediram esforços para tentar legitimar a suposta natureza inferior de negros e mestiços.

Nesse cenário viciado, as teorias eugênicas serviram como principais motes para o desenvolvimento do chamado “racismo científico” do século XIX. Em contraposição ao Brasil mestiço, a eugenia representava a vitória da “genética perfeita”, da “raça perfeita”, ou, nas palavras do naturalista inglês Charles Darwin, principal teórico do evolucionismo e autor de *A origem das espécies* (1859), a “sobrevivência do mais apto”.

Esse processo de conversão de desigualdades sociais em dessemelhanças biológicas foi levado a cabo no Brasil ao longo do século oitocentista e contou com a participação de vários representantes das elites intelectuais que se incumbiram da missão de definir raça como conceito estritamente científico e biológico. O médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi um dos pioneiros nos estudos das populações africanas e seus descendentes no Brasil e, também, o principal responsável pela

implantação da disciplina antropologia criminal no país. Ainda em 1888, antes de se tornar professor da Faculdade de Medicina da Bahia (1891), este autor já enfatizava a necessidade de se criar dois códigos penais distintos para brancos e negros. Nina Rodrigues acreditava ser necessária uma reformulação no conceito de "responsabilidade penal", pois diante "da infantilidade e do barbarismo inerentes aos grupos negros e mestiços, os africanos e seus descendentes não teriam condições de responder sozinho por seus atos perante a Justiça. Porque agiam como crianças, precisavam ser tutelados", para Nina Rodrigues ninguém melhor que o Estado para cumprir essa função.

Além da medicina e da antropologia, o direito também forneceu embasamentos teóricos para a naturalização da ideia que a raça negra pertenceria aos "grupos inferiores e promíscuos". Inúmeros advogados e juristas da época se empenharam em conferir um status essencialmente biológico às diferenças sociais entre brancos e negros. Das autoridades daquele período se destacaram nessa espécie tarefa: Francisco Oliveira Viana (1883-1951) e Silvio Romero (1851-1914).

Renomado intelectual e bacharel em ciências jurídicas e sociais, Francisco Oliveira Viana foi um grande artífice dos estudos sobre raça no país. Segundo seu pensamento, essas investigações deveriam convergir, dentre outras, para as questões ligadas à "psicologia diferencial das raças" e à "aptidão para as civilizações". Em um período no qual a argumentação supostamente científica já perdia terreno para as abordagens culturalistas, as quais levavam em consideração as variantes sociais, em detrimento das hipóteses biológicas, na conceituação de raça, Oliveira Viana reiterava as suas teorias racistas ao defender a "natureza inferior dos negros e mestiços" em seu livro *Raça e assimilação*, publicado em 1932. Segundo o modelo de classificação racial que propunha, os grupos negros seriam formados por "criaturas sensíveis, fantasiosas, imediatistas, extremadas, expansivas e cruéis". Assim, para ter assegurado o sucesso da nação, era preciso recorrer ao branqueamento – via imigração europeia – para quebrar a determinação dos traços de negros e índios no conjunto da população brasileira.

Nessa mesma época, inúmeros doutores espalhados por diversos estados do país preocupavam-se em encontrar respostas para o futuro da nação, especialmente focados em nossa composição racial. Esses "homens de ciência", contudo, não encontraram nas teorias eugênicas europeias respostas viáveis para o desenvolvimento de um Brasil branco.

Em fins do século XIX, paralelamente à tentativa de recriação das teorias raciais europeias, uma “séria questão” se delineava para o destino brasileiro: qual o caminho para superar a imagem do passado colonial comprometido pela escravidão – a partir de então vista como marca de atraso e barbárie – e viabilizar o sucesso da jovem República se sua população era majoritariamente negra e mestiça?

Diante de um amálgama de previsões pessimistas, coube à intelectualidade do país driblar os cânones cientificistas europeus e formular teorias específicas para o contexto brasileiro, produzir ideias capazes de transformar a mestiçagem numa garantia de sucesso da pátria. A busca em fazer desaparecer os traços africanos da população logo teve que ser descartada pelos altos índices de mestiçagem. Assim, de execrado, o povo mestiço passou a ser visto como símbolo de esperança para a difusão da “ordem” e do “progresso”. A realidade bem distante da possibilidade de embranquecimento fez com que, já nos primeiros anos do século XX, os “ilustres” pensadores eugenistas – imbuídos do aparente paradoxo entre civilização e mestiçagem – se vissem forçados a dar um “jeitinho” para adaptar as teorias biológicas ao fenotipo mestiçado da nação, alterando os rumos do projeto eugenico.

A mestiçagem então começou a ser reverenciada como singularidade positiva. A eugenia – meta inalcançável – foi gradualmente substituída pelo enaltecimento da mistura racial como *pedigree* brasileiro. A figura mestiça, até então canone da degenerescência, sofreu uma mudança de condição e passou a simbolizar a “raça do futuro”.

Os intelectuais, como o advogado e literato Sílvio Romero, criaram terreno para as primeiras interpretações positivas sobre a mestiçagem. Grande expoente do pensamento racial na Escola de Direito do Recife, o professor sergipano defendia a ideia de que a mistura racial faria prevalecer as características biológicas do grupo mais forte e transformaria os brasileiros numa raça original e pura. Ao contrário de Nina Rodrigues, considerava a mestiçagem a grande solução para o Brasil, embora concordasse com ele a respeito da suposta inferioridade do negro – e por isso defendesse arduamente a imigração europeia.

Muitos caminhos e descaminhos rapidamente se sucederam nessa mudança de paradigmas acerca das implicações da mestiçagem. No entanto, a publicação de Casa-grande & Senzala pelo antropólogo pernambucano Gilberto Freyre, em 1933, foi o grande divisor de águas que converteria de vez a mestiçagem – expoente do fracasso – em símbolo positivo de identidade nacional. Com uma

análise antropológica sobre a colonização portuguesa no Brasil, a relação entre índios e, prioritariamente, entre brancos e negros, Gilberto Freyre abriu as portas para a criação dos primeiros alicerces teóricos da chamada “democracia racial”. Analisando a convivência inter-racial na colônia, o autor enfatizava a existência de um “caráter harmônico nas relações entre senhores e escravos”. Segundo seu pensamento, “apesar das violências físicas e da exploração sexual de africanas e de suas descendentes, a engrenagem da escravidão, marcada por um intenso processo de miscigenação, teria sido o palco para a produção de uma sociedade e de um povo absolutamente singulares, ou melhor, genuinamente brasileiros.”

Os fortes ecos dessa matriz interpretativa alteraram o cenário de descrença e pessimismo esboçado inicialmente pelas elites intelectuais. Dizia-se naquele momento que – “construída no interior das trocas culturais intergrupais, a mestiçagem carregava o melhor de cada grupo racial e passava a representar a ‘fina flor’ da humanidade.”

Faz-se importante lembrar que os rumos das idéias sobre a mestiçagem no país haviam tido como horizonte dois importantes eventos: a Lei Áurea e a Proclamação da República. Ocorridos nas últimas décadas do século XIX, esses dois marcos históricos fizeram emergir importantes discussões acerca da construção da pátria, da nação e da identidade nacional brasileira. A partir de então, a transformação do Brasil numa “civilização dos trópicos” havia se tornado o centro das preocupações das elites intelectuais.

A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 simbolizara o término legal da escravidão no Brasil, mas o caráter do processo pós-abolicionista reforçara a marginalização de mulheres e homens descendentes de escravizados, pela recriação de preconceitos e estigmas ligados ao passado. No lugar de projetos e alternativas que concebesssem as populações afro-descendentes – agora livres – como cidadãs, a idéia de raça passou a ser usada como marcador prioritário de hierarquias naturalizadas que, no plano do real, se traduziam em pré-julgamentos e preconceitos contra os negros.

Da condição de cativos e libertos, eles migraram para a de não-cidadãos, situando-se às margens das conjecturas para construção do país. De acordo com os jornais da época, esses sujeitos – espalhados por cortiços, vilas, casas de pensão e demais habitações populares – engrossavam agora as fileiras das “classes perigosas”, potencial ameaça para o desenvolvimento do Brasil. De acordo com os discursos intelectuais e políticos, essas “classes perigosas” deveriam “sumir do mapa” a qualquer preço, pois seria

esta a única forma de transformar o país numa civilização tropical, a legítima pátria republicana. A principal iniciativa da lógica de “sumir do mapa” coube ao Estado, que – ainda no século XIX – começou a investir na vinda de mão-de-obra imigrante para o Brasil.

As políticas migratórias eram amparadas no pressuposto de que, com a introdução maciça de brancos europeus, representantes natos da “raça superior”, os negros, mulatos e mestiços – “símbolos da selvageria, do primitivismo e da barbárie” – desapareceriam, e os entraves para o projeto civilizatório seriam superados. A inevitabilidade do meio, por si só, garantiria a vitória da eugenia e, por consequência, o sucesso da República.

Diante disto, os afro-descendentes encontraram, em sua grande maioria, muitas dificuldades de acesso à escola ou a qualquer outro tipo de instrumento que criasse subsídios para sua mobilidade social. No interior de um mosaico de cores e raças, o preconceito contra os negros foi enraizado com notável força pela ausência absoluta de políticas públicas voltadas para saúde, educação e trabalho que, uma vez aplicadas, garantiriam às populações negras oportunidades de incorporação numa sociedade ancorada em novos códigos, em moldes europeus, ligados ao trabalho livre e à “civilização”.

A presença das mulheres negras em diferentes cenários foi uma constante na história do Brasil. Desde os tempos coloniais, as “mucamas”, além de coabitarem na casa-grande com a família escravocrata, exerciam um importante papel maternal, fazendo surgir assim a célebre figura da “mãe-preta”. Na prática, a esfera de atuação das “mães-pretas” no Brasil, ou da mamã nos Estados Unidos, abrangia todos os lugares da casa. Eram elas as confidentes de “suas senhoras”, as responsáveis pela amamentação dos ‘sinhozinhos e sinhozinhas’ e também pelos seus primeiros ensinamentos.

Foi nesse sentido que Lélia Gonzalez, grande feminista negra, propôs, na década de 1980, uma releitura da personagem estereotipada da “mãe-preta”. Para ela, essa figura, em lugar de representar a aceitação da condição escrava, canonizava uma resistência à ideologia senhorial construída no cotidiano, entre exploradores e escravizados, através das canções de ninar repletas de palavras africanas e, fundamentalmente, pela linguagem ensinada às crianças. Lélia destacava a singularidade da língua brasileira – que, em vez de português, deveria se chamar “português”, tamanha a influência da África e das mulheres negras em sua formação.

Essa reflexão de Lélia Gonzalez revela uma ótica pouco adotada na historiografia: o papel social da mulher afro-descendente na formação da sociedade brasileira. Recorrentemente descrita por estereótipos míopes, como também o da negra trabalhadora braçal ou da mulata possuidora de uma sexualidade exacerbada. Essas imagens foram historicamente construídas de forma distante e antagonica a qualquer referencial de positividade. Evidencia os interesses em perceber menos a ausência do feminino negro na História do que o tratamento dado a seu corpo e ao seu comportamento pelas produções letradas dos séculos XIX e XX.

Entre 1928 e 1937, a revista infantil Tico-Tico trazia como protagonista de diversas tiras a personagem mirim Lamparina. O comportamento desastroso e atrapalhado da "negrinha" fez com que, numa das histórias, ela quebrasse a sopeira. É interessante notar como aquilo que inicialmente deveria ser tratado como incidente acabou se tornando uma benesse. De acordo com a narrativa, após quebrar o objeto, Lamparina pôs-se a chorar. As lágrimas desbotaram sua pele, sua cor ficou retida na parede, e ela se tornou uma criança branca. O matiz escuro deixado na parede da casa e o sofrimento da menina ilustravam o compromisso firmado entre a literatura e a "ciência" na difusão de um projeto de embranquecimento da nação.

Em outra das 72 histórias protagonizadas por Lamparina, ela sonhava ser um macaco que caia da árvore durante o sono. Mais que entreter o público infantil, a trajetória da menina negra, órfã, estabaneada e que falava errado sugeria para as crianças brancas e letradas que ser negro era um castigo de Deus, e que uma "boa criança" deveria necessariamente ter a pele clara. As histórias e percalços de Lamparina denunciavam as barreiras erguidas para impedir a construção de imagens negras positivas. Pode-se dizer que também representa um exemplo da cristalização do lugar-comum da suposta inferioridade moral e intelectual do ser negro no imaginário de parte das elites brasileiras.

Os estereótipos negativos atribuídos às populações afro-descendentes foram sistematicamente recriados desde o período pós-abolição. Sentindo literalmente na pele o preconceito, os homens e mulheres negras construíram uma infinidade de organizações das mais variadas naturezas, possibilitando o desenvolvimento de caminhos e estratégias para a superação da discriminação racial.

Na década de 1950, momento de eclosão dos movimentos pelos direitos civis para os negros nos Estados Unidos, foram fundados no Brasil vários clubes com a finalidade de constituir espaços de



sociabilidade isentos de preconceito, onde mulheres, homens, crianças e famílias afro-descendentes pudessem "ficar à vontade", ou seja, distantes das pressões geradas pela negritude. Canonizados como referência contra a cultura etnocêntrica, os clubes e agremiações representavam uma iniciativa cotidiana em prol da afirmação e valorização da população negra. Nesses espaços foram produzidos, entre outros, concursos de beleza, bailes, saraus, festas e almoços de confraternização. A tão propalada democracia racial brasileira foi questionada e desde então tem sido continuamente desnuda. Nas organizações de cunho político foram feitos jornais, revistas, congressos, peças teatrais e projetos educativos, trazendo à tona essa reflexão. Os movimentos negros contemporâneos mantêm viva a tradição de luta de seus antepassados. Preservam a chama acesa e continuam a driblar as malhas do preconceito, revertendo situações de desvantagem para mulheres e homens negros. Hoje proibidos por lei, o requisito de "boa aparência" e expressões como "preferencialmente branca", até bem pouco tempo apareciam naturalmente estampadas nas páginas e anúncios de jornais. Numa lamentável singularidade em relação a todos os países do mundo, a segregação espacial – sob o eufemismo de elevador "social" e "de serviço" – compõe a arquitetura dos mais variados prédios e edifícios de todas as regiões do Brasil.

Linda.